

Valdemar Costa Neto depõe hoje

A partir das 11h30, a CPI do Mensalão ouviu o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que renunciou ao mandato para não responder a processo.

Página 7

CPI convoca dirigentes de fundos de pensão

Em sessão secreta, a CPI do Mensalão ouvirá os presidentes da Previ, da Petros e da Funcef. As 31 pessoas que sacaram dinheiro das contas do empresário Marcos Valério e da agência de publicidade SMP&B também serão chamadas

Página 7



CAUTELA A audiência dos presidentes de fundos preocupa a CPI do Mensalão. "A matéria é delicada, pode gerar instabilidade econômica", afirma Amir Lando, que preside a comissão

Buratti, protagonista da crise, fala de novo à CPI

A eventual convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para depor na CPI dos Bingos depende de um depoimento amanhã. A partir das 11h30, a comissão parlamentar de inquérito ouvirá Rogério Buratti, ex-secretário de

Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto e responsável pela crise deflagrada na sexta-feira. Em depoimento no Ministério Público, Buratti acusou Palocci de receber propina quando prefeito. O ministro refutou as acusações.

Defesa repercute no Plenário

Vários senadores ocuparam a tribuna para comentar a entrevista em que o ministro da Fazenda se defendeu das acusações de

seu ex-assessor. O relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves, considerou a fala esclarecedora e não pretende convocar Palocci.

Páginas 4 e 5



ENTENDIMENTOS Renan Calheiros (na foto, com Laura Carneiro e Ronaldo Caiado, da bancada ruralista) busca acordo que assegure o exame do projeto

Congresso tenta votar LDO amanhã

Principal obstáculo vem do Rio de Janeiro, que reivindica exclusão de cadastro negativo do governo

Página 3

Ex-presidente de banco terá de explicar gastos

A CPI dos Correios vai ouvir hoje, a partir das 11h30, o ex-presidente do Banco Popular Ivan Guimarães e, amanhã, o genro do deputado Roberto Jefferson, Marcus Vinícius de Vasconcelos Ferreira. Guimarães vai tentar esclarecer as dúvidas dos parlamentares sobre o volume considerável dos gastos com a publicidade do Banco Popular (R\$ 25 milhões) – maior, inclusive, do que o total de recursos emprestados.

Página 7



EQUÍVOCO Sarney reclama de matéria jornalística publicada em julho por *O Estado de S. Paulo*

Sarney denuncia campanha contra Geap

O senador José Sarney (PMDB-AP) registrou ontem, em Plenário, que a Geap, uma fundação de seguridade social que atende os servidores públicos federais, “vem sofrendo uma campanha muito grande por parte dos fundos privados de saúde”. Sarney elogiou a atuação da Geap e informou que se trata de um fundo de previdência, sem fins lucrativos, que atende os “funcionários e trabalhadores mais pobres do país”. Ele também fez elogios à atual diretora do órgão, Regina Parizi.

Segundo o senador, a matéria “Manobra prorroga monopólio bilionário em serviço de saúde”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, no último 9 de julho, traz “grandes equívocos”. Sarney ressaltou que, como instituição sem fins lucrativos, a Geap não visa ao lucro, acrescentando ainda que a palavra “monopólio”, na matéria, estaria equivocada, pois existem mais de 130 planos de saúde no país. Sarney destacou que a adesão à Geap é optativa.

Para o senador, há “interesses financeiros vultosos nos bastidores dessa disputa pelo serviço de saúde dos servidores públicos”.

Agenda

Plenário discute MP do Bem

Na sessão de hoje, com início previsto para as 14h, os senadores começam a discutir a medida provisória que reduz tributos de alguns setores da economia, conhecida como MP do Bem (MP

252/01). Além disso, outras três propostas trancam a pauta do Plenário. Caso a pauta seja desobstruída, os senadores vão debater propostas de emendas constitucionais.

CPI dos Correios ouve ex-presidente de banco

O ex-presidente do Banco Popular Ivan Guimarães (foto) depõe às 11h30 na CPI dos Correios. O banco firmou contrato de R\$ 25 milhões com a agência de Marcos Valério, a DNA Propaganda. O valor pago pela publicidade supera o

crédito concedido pelo banco, o que gerou desconfiança nos parlamentares. Amanhã, a CPI ouve o genro do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), acusado de intermediar os interesses do PTB nos Correios.



Presidente recebe manifesto pelo desarmamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ouve o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, às 11h. Às 12h, recebe manifesto pelo desarmamento dos presidentes de órgãos estudantis e outras instituições; às 18h, conversa com a embaixadora da África do Sul, Lindiwe Daphne Zulu; e, às

18h30, com dom Lorenzo Baldisseri. Às 19h30, participa do encerramento do encontro “Viabilização de Investimentos nos Setores de Transportes Rodoviários e Energia Elétrica”.



Comissão ouve tesoureiro de campanha

A CPI dos Bingos analisa denúncia de caixa dois na campanha de Benedita da Silva ao governo do Rio de Janeiro. Vai ouvir, às 11h30, o tesoureiro da campanha de Benedita, Marcelo Sereno, e o procurador Lucas Furtado. Rogério

Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando o ministro era prefeito de Ribeirão Preto, volta à CPI dos Bingos amanhã, para falar a respeito das novas denúncias nos contratos da prefeitura.

Depoimento de Valdemar Costa Neto

A CPI do Mensalão começa a ouvir os parlamentares citados como beneficiários dos recursos sacados das contas de Marcos Valério. O primeiro a depor é o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) – foto –, que renunciou ao

cargo devido às denúncias, escapando de um eventual processo no Conselho de Ética. Valdemar afirmou em entrevista que tanto o presidente da República quanto o vice sabiam do esquema de caixa dois do PT.



Avisos do TCU

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota avisos do Tribunal de Contas da União a partir das 9h. Às 11h, a Comissão de Educação (CE) discute a reserva de vagas nas instituições de ensino superior privadas e, às 18h, a Subcomissão das Pessoas Portadoras de Deficiência promove reunião administrativa.

Sabatina na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina, às 9h30, o indicado para a Procuradoria Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Arthur Badin. Depois, examina o alongamento das dívidas de crédito rural (PLS 517/03). Às 9h30, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) analisa inclusão de trechos na malha rodoviária federal.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PREJUÍZOS Osmar Dias observa que órgão transfere recursos de municípios para estados e União

Osmar afirma que Fundeb pode ser problema

O líder do PDT, senador Osmar Dias (PR), afirmou ontem que o Fundeb é “uma grande idéia que pode se tornar um grande problema, pois transfere recursos dos municípios para os estados ou a União”. Ele se referiu à proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Segundo Osmar Dias, estudo da Associação Brasileira dos Municípios mostra que essa transferência pode alcançar R\$ 900 milhões por ano.

– No meu estado, o presidente da Associação dos Municípios do Paraná calcula que a transferência de recursos com o Fundeb seria de aproximadamente R\$ 110 milhões por ano – acrescentou.

O senador destacou que os “remendos de reforma tributária” realizados até agora concentraram a arrecadação de impostos nas mãos do governo federal – que teria hoje 60,5% das receitas totais, enquanto os estados teriam 25% e os municípios, apenas 14,5% das receitas.

– As creches, que são responsabilidade dos municípios, também serão prejudicadas com o Fundeb. Além disso, serão prejudicados os trabalhadores, que precisam de uma creche funcionando para poderem trabalhar – argumentou o senador.

O Ministério da Educação, por sua vez, afirma que, enquanto o Fundef destina recursos somente para o ensino fundamental, o Fundeb investiria ainda na educação infantil, no ensino médio e na educação de jovens e adultos de todas as regiões do país.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



IMPASSE Sete projetos, incluindo cinco propostas de emendas à Constituição, estão prontos para votação pelo senadores

Projeto Escola de Fábrica tranca pauta do Plenário

Os líderes partidários não chegaram a um acordo sobre a medida provisória (MP 251/05) que criou o Projeto Escola de Fábrica e a pauta de votações do Plenário do Senado continua obstruída, conforme informou ao Plenário o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que presidiu parte da sessão de ontem.

A MP foi assinada há mais de 45 dias pelo presidente da República e, por isso, tem prioridade sobre qualquer outro projeto em tramitação no Senado. Com isso, outros sete projetos prontos para votação, inclusive cinco propostas de emenda constitucional, continuam à espera da desobstrução.

Das emendas constitucionais que esperam votação,

uma delas prevê a criação da licença-maternidade para trabalhadoras que adotarem crianças, benefício hoje concedido apenas às mães biológicas e às servidoras públicas. O texto principal do projeto já foi aprovado, mas o Plenário ainda deve examinar uma emenda. Depois, a matéria será submetida a uma votação de segundo turno, antes de seu envio ao exame dos deputados.

Também espera votação projeto que prorroga por dez anos (de 2006 a 2016) a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Trata-se de substitutivo de José Jorge (PFL-PE) a um projeto do ex-senador Francisco Escórcio.

Eduardo defende mais investimentos na educação

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou ontem seu voto favorável ao projeto de lei de conversão proveniente da MP que institui o Projeto Escola de Fábrica para conceder bolsas a estudantes beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). Ele ponderou, no entanto, que o Estado deve investir mais em educação e condenou o corte de mais de R\$1 bilhão no orçamento do Ministério da Educação.

– É contraditório criar novos programas para a inclusão de estudantes na universidade e, simultaneamente, cortar gastos na educação – criticou o senador.

Eduardo saudou as iniciativas de criar o Projeto Escola de Fábrica e o ProUni, mas ressaltou que eles são insuficientes. Apontou que, de cada cem pessoas que iniciam a educação básica, apenas duas concluem o ensino superior. Para o senador pelo Tocantins,



CRÍTICA "É contraditório criar programas para inclusão e cortar verbas", afirma Eduardo

"o processo educacional como um todo é excludente e impede os brasileiros de baixa renda de atingir o sonho de frequentar um curso universitário".

O senador sugeriu que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) crie uma linha de crédito especial para financiar os estudantes universitários, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), conforme projeto de sua autoria (PLS 6/04), que tramita atualmente na Comissão de Educação (CE).

Renan busca acordo para votar amanhã a LDO

Parlamentares exigem que estado do Rio volte a receber repasses do BNDES para obras do metrô

O Congresso Nacional deverá votar amanhã o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, com a reabertura, às 11h, da sessão iniciada na manhã da última quinta-feira. A reunião foi suspensa logo em seguida, em decorrência da ameaça de pedido de verificação de quórum por parte de parlamentares ligados ao ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, marido da atual governadora, Rosinha Matheus.

A iniciativa representou um protesto contra a área econômica do governo, em decorrência da inclusão do estado no Cadastro do Controle de Crédito do Setor Público (Cadip), o que vem impedindo o governo fluminense de receber repasses de empréstimo do BNDES para as obras do metrô carioca.

A sessão será precedida de reunião dos líderes partidários. No encontro com as lideranças, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, espera "contornar as dificuldades" para poder votar a matéria, que vai dispor sobre as normas gerais para a



NEGOCIAÇÃO Renan Calheiros deve reunir lideranças partidárias para assegurar votação do projeto

elaboração do Orçamento de 2006 – cuja proposta precisa ser apresentada pelo governo ao Legislativo ainda este mês.

Porta-voz da bancada liderada por Garotinho, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) já antecipou, contudo, que só vai desistir de pedir verificação de presença se o estado do Rio for retirado do Cadip. De outro modo, disse ele, restará ao governo mobilizar a base aliada para garantir o número mínimo de aliados na sessão do Congresso – o correspondente a um sexto do total de senadores e de deputados.

Cunha afirma que, por acordo com o então presidente do BNDES Carlos Lessa, o estado renegociou dívidas que teriam sido herdadas da administração petista de Benedita da Silva.

Comissão analisa créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 14h30, para analisar uma pauta da qual constam propostas que autorizam o governo a ampliar gastos em ações públicas, na forma de créditos suplementares e especiais, ainda no curso deste ano.

Entre essas propostas, estão o PL 02/05, que abre crédito de R\$ 1,2 bilhão ao Ministério da Saúde, o PL 11/05, que reserva R\$ 250 milhões para reforço de dotações do Ministério da Educação, e o PL 18/05, no valor de R\$ 254,2 milhões, em favor do Ministério das Relações Exteriores.

Estão ainda em pauta relatórios de avaliação do cumprimento de metas pelo governo.

Agenda 21 Infantil é apresentada em Plenário

A Agenda 21 Infantil será apresentada hoje, em Plenário, a partir das 14h. Por iniciativa do senador Paulo Octávio (PFL-DF), durante a hora do expediente – primeira parte da sessão – serão divulgados pela Conferência Criança Brasil no Milênio os compromissos contidos no documento sobre temas como discriminação, violência, abuso sexual, saúde, drogas, tráfico e prostituição.

O senador reconhece que o Congresso já deu os primeiros passos para a integração das crianças no processo de construção de um Estado social de direito democrático, ao elaborar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com o debate sobre a Agenda 21 Infantil, acredita ele, haverá mais um

Como resultado, habilitou-se a empréstimo para o metrô, no valor de R\$ 8 milhões mensais. Porém, sem o reconhecimento do acordo pelo Tesouro Nacional, explicou Cunha, o estado passou a integrar a lista do Cadip e os repasses para o metrô foram interrompidos.

Acordo

Sobre esse impasse, o relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), lamenta que nada possa fazer. Ele observou que as questões essenciais foram acordadas na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Uma das alterações autoriza o governo a reduzir o nível do superávit para assegurar incremento nos investimentos públicos no caso de desaquecimento da economia.

Para viabilizar a votação da matéria na CMO, o relator também acatou antiga reivindicação dos parlamentares, no sentido de que as emendas individuais – que garantem obras nas bases que representam – não sejam bloqueadas pelo governo. O substitutivo atendeu, ainda, no último momento, pleito dos ruralistas para que sejam assegurados recursos para despesas com dívidas de agricultores decorrentes de renegociações que venham a ser aprovadas pelo Congresso na vigência do próximo Orçamento.



EXEMPLO Paulo Octávio aponta "referência para o diálogo do governo com a sociedade civil"

passo na defesa dos direitos das crianças e dos jovens.

– Ao dedicarmos essa sessão à população infantil, e dando voz às crianças para se expressarem, estaremos estabelecendo uma referência para o diálogo do governo e da sociedade civil com a população infantil – diz Paulo Octávio.



Ex-assessor que fez acusações a Palocci será ouvido de novo por comissão; Ideli e Suplicy elogiam as explicações dadas pelo ministro; Paim repele generalização de críticas a prefeituras do PT; Virgílio contesta dados sobre geração de postos de trabalho

Virgílio aponta manipulação sobre empregos

Apesar de elogiar a entrevista de Antonio Palocci, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o ministro mentiu ao dizer que o governo Lula gera mais empregos do que os criados no governo Fernando Henrique. De acordo com o senador, ao afirmarem que, na gestão passada, os novos postos de trabalho não passaram de 8 mil por mês, Palocci e Lula manipularam dados.

Virgílio citou pesquisa segundo a qual, de 1994 a 2002 (governo FHC), foram criados mais de 11,5 milhões de empregos formais e informais, numa média de quase 121 mil novos empregos mensalmente.

Falando em seguida, Eduardo Suplicy (PT-SP) sustentou que o governo Lula criou mais de 3 milhões de empregos, entre janeiro de 2003 e junho de 2005, e apresentou como fonte da informação o Cadastro Geral do Emprego e Desemprego.

Virgílio afirmou que renunciaria ao mandato se os números que apresentou não fossem verdadeiros, e desafiou Suplicy a fazer o mesmo caso os números dele não sejam também corretos. Suplicy se dispôs a analisar os números mostrados por Virgílio e informou que a base de dados utilizada é a mesma do governo FHC.



EMPENHO Virgílio afirma que governo FHC criou 11,5 milhões de postos de trabalho



OTIVA Buratti voltará à CPI duas semanas depois de ter prestado depoimento sobre contrato entre a Gtech e a Caixa

CPI dos Bingos deve ouvir amanhã Rogério Buratti

O calendário da CPI dos Bingos para esta semana foi alterado devido às denúncias, feitas na sexta-feira pelo advogado Rogério Tadeu Buratti, de que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, teria recebido propina quando era prefeito de Ribeirão Preto (SP), e à resposta dada por Palocci. Ele desmentiu as afirmações de seu ex-assessor em entrevista coletiva no domingo, em Brasília.

Amanhã, a partir das 11h30, a CPI deverá ouvir novamente Buratti. Ele mesmo, falando à

imprensa no fim de semana, se prontificou a comparecer à comissão. Em nome da bancada governista, o senador Tião Viana (PT-AC) disse à Agência Senado que Palocci, na entrevista, “foi tão claro e direto que não deixou qualquer tipo de dúvida”. E observou que o ministro já se mostrou à disposição para esclarecer qualquer ponto relacionado ao episódio.

O líder da Minoria, José Jorge (PFL-PE), também em entrevista, anunciou que já tem pronto requerimento convocando

Palocci. Mas adiantou que vai aguardar o depoimento de Buratti. Caso sejam confirmadas as acusações, dará entrada no requerimento de convocação do ministro.

A CPI reúne-se hoje, às 11h30, para tomar depoimento de Marcelo Sereno, ex-assessor especial da Casa Civil e ex-secretário nacional de Comunicação do PT. Ele é apontado como um dos coordenadores de arrecadação de recursos para a campanha do PT nacional no estado do Rio de Janeiro.

Ideli defende Palocci e critica MP de São Paulo

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que foi acusado de receber propina quando era prefeito de Ribeirão Preto. Ela declarou que o ministro, ao desmentir essa e outras denúncias, demonstrou “firmeza, tranquilidade e transparência”. A senadora elogiou o desempenho de Palocci na condução da economia, afirmando que o ministro é “sinônimo de responsabilidade administrativa”.

Ideli criticou o comporta-



ACERTO Para Ideli Salvatti, ministro demonstrou firmeza e transparência ao refutar seu ex-assessor

mento do procurador do Ministério Público Estadual de São Paulo, que divulgou as acusações ao ministro, na última sex-

ta-feira, durante depoimento de Rogério Buratti – autor das denúncias e ex-secretário de governo de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto.

– O Ministério Público Estadual de São Paulo não pode ter em seus quadros pessoas irresponsáveis. A entrevista foi dada sem que houvesse nenhuma base de comprovação – ressaltou Ideli Salvatti, que recebeu, em apertes, o apoio dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Sibá Machado (PT-AC).

Suplicy sugere a Lula exemplo do ministro

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez uma avaliação positiva da entrevista coletiva do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O parlamentar elogiou a disposição do ministro de responder a todas as perguntas dos jornalistas, sem limitação de tempo, de maneira serena e direta.

A determinação de Palocci de abrir sigilos e a concordância em, eventualmente, prestar esclarecimentos ao Congresso sobre o episódio também foram aplaudidas pelo parlamentar. Embora admita a necessidade de aprofundar a investigação da denúncia feita pelo ex-assessor Rogério Buratti, Suplicy afirmou que Palocci agiu com muita segurança ao responder à acusação.

O senador sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, assim como Palocci, volte a falar com os jornalistas sem impor censura de conteúdo ou limitação de tempo às perguntas. Quanto à postura dos procuradores de Ribeirão Preto que divulgaram à imprensa trechos do depoimento de Buratti, Suplicy endossou o alerta do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, de que as investigações do Ministério Público devem ser tratadas sempre com discrição e responsabilidade.



POSTURA Suplicy quer Lula falando a jornalistas sem censura de conteúdo ou limitação de tempo

Paim condena extensão de denúncia contra o PT

Paulo Paim (PT-RS) se disse incomodado com a tentativa de parlamentares da oposição de estender as denúncias de corrupção envolvendo prefeitos de seu partido no interior de São Paulo a todas as prefeituras administradas pelo PT no Brasil.

– Confesso que fico incomodado no Plenário quando vejo que

alguns, felizmente uma minoria, generalizam, como se todas as prefeituras do PT tivessem problemas de corrupção; como se todos os parlamentares do PT estivessem envolvidos em corrupção, dando a impressão de que o PT em seu conjunto é corrupto. Não é verdade. Se 0,001% de parlamentares ou mesmo dirigentes do PT cometeram

erros ou foram desonestos, serão punidos com certeza absoluta pelo Congresso, pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público.

Em aparte, vários senadores apoiaram Paim. José Agripino (PFL-RN), após se referir à origem sindical do senador gaúcho e à sua luta por causas populares, explicou que não pretendeu fazer generalizações,

mas apenas apontar caminhos para a investigação.

Ao final de seu pronunciamento, Paim destacou manifesto intitulado Marcha Zumbi + Dez – pedindo a investigação severa de todas as denúncias de corrupção envolvendo o PT – e também documento sobre a discussão do Estatuto da Igualdade Racial.



Oposicionistas elogiam entrevista do ministro Antonio Palocci, mas ressaltam que as investigações devem continuar. Para Garibaldi, o ministro só será chamado a depor caso Rogério Buratti, que fala amanhã na CPI do Bingos, apresente provas das denúncias

Antonio Carlos pede apuração rigorosa das denúncias

Depois de dizer que o ministro Antonio Palocci se saiu bem em suas explicações, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sustentou que as investigações em torno das denúncias de corrupção envolvendo o PT não podem parar até que os responsáveis sejam totalmente identificados.

– Exigimos que as investigações continuem e que o presidente Lula não continue indiferente. Agora, surgem novas revelações de irregularidades atingindo a publicidade do seu governo, até pouco tempo comandada pelo seu companheiro Luiz Gushiken – disse.

Antonio Carlos relatou que

uma investigação do Tribunal de Contas da União identificou vários pontos obscuros na publicidade do governo, conforme noticiou no final de semana o jornal *O Globo*. Antonio Carlos ponderou que esse assunto sempre foi tratado diretamente por pessoas que despacham quase que

diariamente com o presidente e, assim, ele é responsável se houve alguma irregularidade.

Para o senador, Palocci, ao dizer que saberia se tivesse havido irregularidades por dois anos na prefeitura de Ribeirão Preto, lançou dúvidas sobre o conhecimento de Lula a respeito do "mensalão".



PUBLICIDADE Novas revelações atingem Gushiken, "companheiro de Lula", observa Antonio Carlos



INDECISÃO Pronunciamento do presidente não ajudou a esclarecer acusações, avalia Sérgio Guerra

Sérgio Guerra critica atitude de Lula frente à crise

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou ontem a atitude do governo, em especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de não assumir responsabilidades sobre a crise política. Ele elogiou o comportamento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que concedeu entrevista coletiva para se defender das acusações de corrupção feitas por seu ex-assessor Rogério Buratti.

– A palavra de Palocci confirma sua autoridade – avaliou Sérgio Guerra, ressaltando que as explicações do ministro não o satisfizeram e que ele espera o aprofundamento das investigações.

O senador censurou o presidente por não ter agido como Palocci e analisou que os pronunciamentos de integrantes do PT não esclareceram nada, já que todos insistem que "não sabiam de nada".

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu que os bingos podem figurar como grandes financiadores do PT e advertiu que a abertura dos sigilos dos cartões corporativos usados na Presidência da República pode revelar mais escândalos.

Garibaldi: CPI dos Bingos não deve chamar Palocci

Falando como relator da CPI dos Bingos, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comunicou da tribuna do Plenário que não está cogitando, no momento, convocar o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para depor naquela comissão de inquérito. Ele opinou que, na entrevista coletiva concedida no domingo, o ministro foi "franco, claro e veemente, no sentido de esclarecer tudo o que foi dito por Rogério Buratti".

Por outro lado, o senador pelo Rio Grande do Norte comentou que, se no depoimento que prestará amanhã à CPI dos Bingos, Buratti trouxer novos fatos, informações ou provas, será discutida a possibilidade



Fotos: Rosewell Pinheiro

EXPLICAÇÃO Para Garibaldi, relator da comissão, ministro só será convocado se houver fatos novos

da convocação de Antonio Palocci. Garibaldi avaliou que, agindo assim, a comissão parlamentar de inquérito prosseguirá na sua linha de serenidade e seriedade.

– Fiquem tranquilos todos os que estão acompanhando os nossos trabalhos, todos os que estão querendo que tudo seja esclarecido e que a justiça seja feita. O nosso compromisso é que tudo será esclarecido. O escândalo da Gtech não pode ficar impune, o caso não pode deixar de ter os desdobramentos, não podemos deixar de punir os que certamente impuseram à Caixa Econômica Federal prejuízos que terminaram sendo debitados à nação – afirmou o senador.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou a atuação de Garibaldi não só como relator da CPI dos Bingos, mas como parlamentar e homem público.

Alvaro resalta declaração de promotor

Ao considerar que a entrevista concedida à imprensa pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi "convicente para muitos", o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou que também não se deve desacreditar das declarações de um dos promotores que investigam o caso Rogério Buratti, Haroldo Costa Filho.

Segundo o senador, o promotor afirmou existirem indícios veementes de que Buratti esteja falando a verdade, em referência às denúncias segundo as quais Palocci teria recebido propina à época de seu mandato como prefeito de Ribeirão Preto. Alvaro Dias, no entanto, cobrou provas de Rogério Buratti.

O senador disse ainda estranhar a liberação de recursos, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiar projetos em outros países em detrimento dos projetos nacionais. Para ele, "existem conjecturas" de que parte do esquema de caixa dois para financiamento de campanhas eleitorais do PT poderia advir desses benefícios.



PROVA Segundo Alvaro, o promotor Haroldo Costa Filho afirma que há indícios de que Buratti fala a verdade

Para Agripino, investigação precisa continuar

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem que, embora o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tenha rechaçado as acusações feitas por seu ex-secretário na prefeitura de Ribeirão Preto, Rogério Buratti, é preciso ter respeito pelo Ministério Público, instituição que merece credibilidade.

De acordo com o senador, o Ministério Público não iria repassar informações de forma irresponsável. Agripino considera que as investigações sobre propinas dadas por empresas de coleta de lixo e de transporte coletivo não estão encerradas, pois Buratti terá de prestar esclarecimentos amanhã à CPI dos Bingos.

– Quero me ater às evidências



CREDIBILIDADE Agripino acredita que Ministério Público não iria repassar informação de forma irresponsável

sobre Santo André, Araraquara e Ribeirão Preto. O procurador-geral da República diz que tem elementos comprobatórios sobre as denúncias, inclusive de Ribeirão Preto – alertou.

Agripino também fez referência a declarações de fundadores

do PT. Citou o economista César Benjamim que, em entrevista à TV Bandeirantes e ao jornal *O Estado de S. Paulo*, afirmou que o "mensalão" tem como origem as "fabriquinhas" que teriam sido montadas quando Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, foi designado pela Central Única dos Trabalhadores para administrar o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Segundo Benjamim, Delúbio teria usado recursos do FAT para financiar o PT nos anos 90.

Agripino citou ainda entrevista do jurista Hélio Bicudo, ex-vice-prefeito de São Paulo na gestão de Marta Suplicy, à revista *Veja*, na qual teria dito que "Lula esconde a sujeira debaixo do tapete".



Votações no Senado, como a lei que muda as regras eleitorais, foram destacadas pelos parlamentares em Plenário. Heráclito teme transtornos caso haja fato novo nos depoimentos da semana e Mão Santa anuncia Grupo Autêntico do PMDB



DESINTERESSE Opinião pública está "saturada de CPIs e de tanta briga", observa Suassuna

Suassuna destaca volta de votações no Congresso

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apontou a queda no interesse da opinião pública pela sucessão de escândalos políticos revelados pelas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e comemorou, ao lado desse fato, a retomada da regularidade nas votações do Congresso.

– O público já está saturado de CPIs e de tanta briga. Quer que os culpados sejam punidos – afirmou.

Suassuna também vê o governo saindo da "tontura" e apelou aos parlamentares para que ajudem na propagação da atual onda econômica, que seria capaz de atrair mais investimentos e incentivar a produtividade do país.

Sobre a entrevista do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que negou ter praticado irregularidades quando prefeito de Ribeirão Preto (SP), o peemedebista considerou um bom exemplo que deveria ser seguido por outros ministros. Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) fez questão de ressaltar que "não é a oposição que coloca o ministro Palocci na berlinda"

Maciel elogia mudanças nas campanhas eleitorais

O senador Marco Maciel (PFL-PE) comemorou a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto que altera as regras para as campanhas eleitorais com o objetivo de torná-las mais baratas. O projeto original (PLS 275/05), de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), recebeu substitutivo do relator, José Jorge (PFL-PE).

Maciel destacou o papel desempenhado pelo PFL no processo, ressaltando que a proposta simplifica as campanhas, reduz os seus custos e gera transparência, o que poderá reduzir o uso da caixa dois para o financiamento eleitoral. O senador afirmou que as campanhas no Brasil são muito longas, o que eleva seus



FINANCIAMENTO Projeto aprovado na CCJ trará mais transparência ao processo eleitoral, destaca Maciel

custos e paralisa a administração pública.

No entanto, ressaltou que, embora a proposta possa trazer melhorias para as campanhas políticas, não se constitui ainda em uma verdadeira reforma

política, que não se limita apenas ao processo eleitoral.

O momento, observou, não é para realização de uma reforma política, mas disse esperar que, com o resultado das comissões parlamentares de inquérito, o Congresso se debruce sobre esse tema, que abrange também a questão federativa.

O parlamentar informou que o assunto fez parte da discussão do Fórum dos Deputados Estaduais do PFL, ocorrido na sexta-feira, no Recife, onde a proposição foi objeto de análise.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) assinalou que a proposta de diminuição do tempo das campanhas deve ser alvo de discussão mais apurada, por se tratar de tema polêmico.

Heráclito prevê semana turbulenta no Congresso

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) prevê uma semana turbulenta no Congresso em função da expectativa de possíveis fatos novos sobre corrupção no governo do PT. Ele teme também os desdobramentos dos trabalhos das comissões de inquérito. Isso, no seu entendimento, agrava o quadro de estagnação das atividades do Executivo.

– Teremos novos transtornos, sem dúvida, uma vez que quem manda na CPI é sua excelência o fato – assinalou o parlamentar, lamentando, por outro lado, que o Congresso entre no final

de agosto sem nem sequer ter votado a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Heráclito referiu-se a pronunciamento feito anteriormente pelo líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), no qual elogiou a retomada dos trabalhos de Plenário pelos senadores, ao enfatizar a importância da governabilidade, não obstante o governo estar sendo investigado por CPIs.

– Mas onde está a agenda positiva do governo? Só na televisão, na imprensa? – indagou Heráclito, ao cobrar investimentos orçamentários



DEPOIMENTOS Expectativa pela revelação de fatos novos aumenta imobilismo do governo, diz Heráclito

internos e a execução de obras paralisadas no país, incluindo a Ferrovia Transnordestina.

O senador ainda comentou a entrevista do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, considerando-a equilibrada, mas reafirmou sua intenção de ver os fatos investigados.



LICITAÇÕES Para José Jorge, postura firme do ministro da Fazenda não anula desvios em prefeituras do PT

Elite lucra com juro alto e apóia Lula, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que os maiores defensores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva são as elites, interessadas na manutenção da política econômica empreendida por seu governo. O senador fez a afirmação ao comentar a entrevista concedida pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no domingo, em que se defendeu de denúncias de ter recebido propina de empreiteiras enquanto era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

– Diferentemente do choramismo do presidente Lula, quem não tem negado apoio ao seu governo são as elites, que têm se aproveitado da política econômica do ministro Palocci e dos juros altos praticados pelo Banco Central – disse.

Após elogiar a determinação de Palocci de apresentar sua defesa em entrevista coletiva e se dispor, de imediato, a prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional, José Jorge lembrou que a coragem do ministro não é suficiente para esconder o envolvimento de administrações municipais petistas com empresas de coleta de lixo e de transportes coletivos.

Mão Santa divulga lançamento do Grupo Autêntico do PMDB

O senador Mão Santa (PMDB-PI) comunicou o lançamento, no âmbito do Senado, do novo Grupo Autêntico do PMDB, que tem como objetivo, informou o parlamentar, fazer uma oposição equilibrada e responsável ao governo federal, e cuja principal bandeira é trabalhar

para que o partido tenha uma candidatura própria na próxima eleição para a Presidência da República. Ele disse que os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Pedro Simon (PMDB-RS) foram escolhidos, respectivamente, para presidentes de honra e executivo

do grupo.

– É chegada a hora de assumirmos função de maior destaque na arena política nacional. O papel de coadjuvante a que temos nos submetido nos últimos tempos não tem sido digno do nosso histórico de lutas pela democracia e pelo

desenvolvimento soberano. É importante que neste momento de grave crise o PMDB assumia plenamente seu relevante papel de guardião da liberdade, da democracia e da justiça social – declarou Mão Santa, ao ler o manifesto do Grupo Autêntico do PMDB.



AUTONOMIA Grupo propõe que o partido tenha candidato próprio nas eleições de 2006, informa Mão Santa



A CPI do Mensalão vai ouvir dirigentes de fundos de pensão em reunião secreta; a dos Correios ouve ex-presidente do Banco Popular



INVESTIGAÇÃO CPI do Mensalão também vai ouvir as 31 pessoas que sacaram dinheiro das contas de Marcos Valério

Presidentes de fundos de pensão vão depor em sessão fechada

A CPI do Mensalão aprovou ontem a convocação dos presidentes dos fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Sérgio Rosa; Petros (Petrobras), Carlos Flory; e Funcef (Caixa Econômica Federal), Guilherme Lacerda. Eles se apresentaram espontaneamente à CPI e serão ouvidos em sessão fechada, em data ainda a ser marcada.

– A matéria é delicada, pode gerar instabilidade econômica. É mais prudente fazer uma reunião secreta – ponderou o

presidente da CPI, Amir Lando (PMDB-RO).

Também foi aprovado o requerimento que convoca para prestarem depoimento todas as 31 pessoas que constam na lista de sacadores das contas de Marcos Valério. Algumas dessas pessoas, como o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas e a sócia de Duda Mendonça, Zilmar Silveira, já foram ouvidas.

A CPI deverá ouvir hoje, a partir das 11h30, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto,

que renunciou ao mandato de deputado antes de responder a processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Para o deputado Júlio Redeker (PSDB-RS), o presidente do PL poderá dar uma contribuição importante às investigações se quiser contar um pouco mais do que já revelou à imprensa sobre os R\$ 10 milhões que o partido teria recebido do PT para aceitar a coligação nas eleições de 2002.

Ex-presidente de banco depõe hoje à comissão

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios vai ouvir hoje, a partir das 11h30, o ex-presidente do Banco Popular Ivan Guimarães e, amanhã, o genro do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), Marcus Vinícius de Vasconcelos Ferreira. Até ontem, ainda não havia data marcada para a reunião administrativa da semana e nem definição sobre se será acatada a proposta de um dos sub-relatores – deputado Carlos Abicalil (PT-MT) – de ouvir vários depoentes ao mesmo tempo.

Ivan Guimarães vai tentar explicar como o Banco Popular gastou R\$ 25 milhões em publicidade – valor maior, inclusive, do que o volume de recursos de empréstimos concedidos à população de baixa renda (R\$ 20 milhões), finalidade da

instituição. Já Marcus Vinícius tentará explicar as acusações feitas por Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Administração e Compras dos Correios, de que agira como intermediário da multinacional Canon em uma licitação para fornecimento de máquinas fotocopadoras para a estatal.

O novo depoimento de Marinho foi aprovado na semana passada, mas a comissão só deve agendar a audiência após receber da Procuradoria Geral da República o teor do último depoimento prestado pelo ex-funcionário dos Correios ao órgão. O procurador José Alfredo de Paula pediu ao presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), um prazo não especificado para estudar melhor o depoimento antes de enviá-lo à comissão.



VAGA Iris de Araújo é a primeira suplente do senador por Goiás, que solicitou licença por 120 dias

Iris substitui Maguito na CPI dos Correios

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) vai ocupar o lugar do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) na CPI dos Correios. Primeira suplente de Maguito, Iris assumiu a vaga com a licença solicitada pelo senador, que saiu por 120 dias para tratar da saúde e resolver assuntos particulares.

Alberto Silva defende criação da “Biobrás”

■ Empresa exploraria o dendê e a mamona como fontes renováveis para produzir combustível

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu ontem, em Plenário, a criação da “Biobrás”, que funcionaria como uma empresa estatal alternativa à matriz de combustíveis fósseis da Petrobras. A Biobrás exploraria o dendê na Amazônia e a mamona no Nordeste, gerando até 10 milhões de empregos em três anos, explicou.

Para Alberto Silva, seriam necessários investimentos de R\$ 10 bilhões para a instalação de uma empresa desse porte. Esses recursos viriam de repasses do pagamento de juros ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mediante acordo.

– Não vamos pagar esse dinheiro em juros para o FMI – enfatizou Alberto Silva, explicando



ALTERNATIVA Alberto Silva diz que o Brasil precisa aproveitar outros recursos naturais que não o petróleo

que a Biobrás compraria dendê e mamona de desempregados rurais assentados em 3 hectares por família, o que proporcionaria uma renda de até R\$ 700 por mês por empregado.

Para o senador, na verdade não teremos petróleo por mais que 30 anos, daí a importância de o Brasil aproveitar seu potencial natural e surpreender o mundo com uma oferta de combustíveis renováveis em larga escala.

Pavan alerta para prejuízos do agronegócio em 2005

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse ontem, em discurso, que a crise que atinge o agronegócio brasileiro deverá causar forte impacto negativo em toda geração de riqueza do país neste ano. Ele citou dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) segundo os quais a produção agrícola deverá sofrer retração de R\$ 10 bilhões em relação a 2004, caindo de R\$ 160,6 bilhões para R\$ 150,6 bilhões, o que representa um decréscimo de quase 6,6% da riqueza gerada no campo.

– Se os números se confirmarem, será a maior queda desde o Plano Real. O Brasil poderá perder outros R\$ 25,9 bilhões, que não serão movimentados pelos agentes econômicos ligados ao setor rural, no transporte e comercialização. Se as previsões se concretizarem, até o final do ano o agronegócio terá prejuízos de R\$ 35,6 bilhões – avaliou.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), informou Pavan, a safra de grãos e fibras atingirá 113



PESSIMISMO Para Leonel Pavan, 2006 será ainda pior, com a crise política e a falta de comando do governo

milhões de toneladas em 2005, contra 119 milhões em 2004.

– A crise no setor agrícola não atinge somente a produção, causa turbulências no emprego no campo e prejudica o mercado de trabalho como um todo. O governo fala no crescimento da economia, da produção e na geração de empregos, mas o que estamos vendo é outra coisa. Ao ouvir pessoas ligadas ao agronegócio, as previsões são de que o ano que vem será pior ainda, com a crise política e a falta de comando do governo – insistiu.

Relatório sobre tabaco deve sair até outubro

Essa é a previsão de Heráclito Fortes, relator de projeto de decreto legislativo sobre o controle do fumo



REUNIÃO Heráclito Fortes participou de audiência pública no Paraná para discutir a questão do tabaco

O relatório sobre o Decreto Legislativo 602/04, que aprova a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, deverá ser apresentado até outubro deste ano. A previsão foi feita pelo relator da matéria, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), na sexta-feira, ao final de audiência pública que reuniu 16 convidados, entre produtores de fumo e autoridades da área de saúde pública.

A audiência, realizada na Câmara Municipal de Irati,

no Paraná, foi promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Esse foi apenas um dos encontros que ajudarão Heráclito a colher informações sobre os argumentos de fumicultores e profissionais da saúde pública,

a fim de elaborar o relatório para embasar a decisão dos parlamentares. A matéria precisa ser votada pelo Congresso até o dia 7 de novembro para que o Brasil possa participar de conferência internacional, em fevereiro de 2006, que discutirá a adoção mundial de medidas de combate ao fumo, incluindo apoio financeiro internacional aos países mais pobres.

As próximas reuniões da CRA estão previstas para os dias 26, em Florianópolis (SC), e 27 deste mês, em Camaquã (RS). Serão realizados ainda encontros com produtores rurais de fumo da região Nordeste.

Discussões

Concentrados principalmente na região Sul, os produtores de fumo alegam que a ativi-

dade emprega 2,4 milhões de pessoas e que a ratificação da convenção irá colaborar para a extinção das lavouras, segundo o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainsi Gralow.

A chefe da divisão de controle de tabagismo do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Tânia Cavalcante, no entanto, mostrou que o texto do acordo internacional não prevê a eliminação das culturas de fumo. Ela ainda exibiu dados do Ministério da Saúde segundo os quais o cigarro provoca a morte de 5 milhões de pessoas por ano no mundo. Esse número, explicou Tânia, deve chegar a 10 milhões de pessoas nos próximos 15 anos, se nada for feito para reverter a expansão do consumo.

Na presidência dos trabalhos, o vice-presidente da CRA, senador Flávio Arns (PT-PR), pediu à platéia que se contivesse em suas manifestações para que todos os convidados pudessem expressar seus pontos de vista em ambiente democrático. Ao final da audiência pública, Heráclito solicitou que a procuradora do Trabalho da 9ª Região, Margaret Matos de Carvalho, encaminhasse à CRA, por escrito, denúncia segundo a qual os contratos elaborados pela Afubra contêm cláusulas impostas de forma unilateral pela entidade, como a que define exigências na contratação de seguro pelos produtores rurais. A procuradora também apontou a utilização de trabalho infantil nas lavouras de fumo.

Audiência pública sobre convenção mobiliza Irati

O município paranaense de Irati, a 145 quilômetros de Curitiba, parou por volta do meio-dia de sexta-feira para assistir à audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que discutiu os termos da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. De acordo com o secretário de Agricultura local, Gerson Ribeiro Sobrinho, o município conta com aproximadamente 60 mil habitantes e produz anualmente cerca de 6.514 toneladas de fumo, graças ao trabalho de 1.388 famílias de produtores rurais.

Para o vice-presidente da CRA, senador Flávio Arns, o debate direto com os produtores de fumo é fundamental, porque pode ajudar os parlamentares a aprimorarem a discussão sobre a ratificação da convenção pelo Congresso Nacional.

– Mesmo que a convenção venha a ser ratificada, ela não traz a proibição do plantio do fumo. Países que já ratificaram a convenção tiveram, inclusive, um aumento na plantação de fumo. Na verdade, é um esforço mundial que se faz no sentido de diminuição do hábito de fumar. É uma questão opcional e a ela só adere quem deseja partir para um outro tipo de plantio – assinalou Flávio Arns.

O senador paranaense destacou a importância da participação do governo e da

comunidade nessa discussão, para que haja tranquilidade e segurança, pois acredita que, se as pessoas souberem o que vai acontecer, não ocorrerá tumulto em termos de planejamento pessoal, familiar e profissional.

Produção

De acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo (593 mil toneladas em 2004) e ocupa o segundo lugar na produção mundial (850 mil toneladas). A maior parte dessa produção está concentrada na região Sul (96%), com destaque para o Rio Grande do Sul (50%) e Santa Catarina (34%). A atividade rendeu, no ano passado, R\$ 3,6 bilhões para os produtores rurais.

De acordo com a Receita Federal, o faturamento total do setor no ano passado foi de R\$ 14 bilhões, sendo 70% decorrentes do consumo interno e 30% provenientes das exportações. No mesmo período, a arrecadação de impostos proporcionada pelo setor fumageiro foi de R\$ 6,4 bilhões.

Segundo dados da indústria do fumo, os maiores produtores mundiais de tabaco são, além do Brasil, China, Índia, Estados Unidos, Zimbábue e Indonésia. Esses países são responsáveis por 70% da produção mundial.



O que é a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história no qual os países signatários concordam em empreender esforços para proteger as gerações presentes e futuras das conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo de tabaco e pela exposição à fumaça do cigarro. Para exemplificar, anualmente 200 mil pessoas morrem no Brasil por causa do uso de tabaco, segundo o Ministério da Saúde.

Essas medidas deverão ser implementadas nos três níveis de governo. Entre as iniciativas, estão previstas aplicação de políticas tributárias, aumento do preço do cigarro, controle do mercado ilegal, substituição da cultura do fumo e fortale-

cimento da política pública de controle do tabagismo. A implementação dessas medidas, no entanto, não tem caráter compulsório, de acordo com o texto oficial do documento.

Aprovada por unanimidade na 56ª Assembléia Mundial da Saúde, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em maio de 2003, a convenção entrou em vigor mundialmente em 27 de fevereiro deste ano, após ter recebido a adesão de 50 países. O Brasil assinou o acordo em 16 de junho de 2003. Porém, o Congresso Nacional precisa ratificar a adesão até o dia 7 de novembro deste ano para que o país participe das ações de combate mundial ao tabagismo. A convenção já foi ratificada por 74 dos 171 países que assinaram o documento.

Matéria tramita no Congresso desde 2003

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco foi assinada pelo Brasil em junho de 2003, mas o processo de ratificação do acordo teve início em agosto daquele ano, quando o texto da proposta foi oficialmente apresentado à Câmara dos Deputados pelo então ministro da Saúde, Humberto Costa.

O documento foi aprovado na Câmara em maio de 2004, na forma de projeto de decreto legislativo (PDC 1.281/04). Atualmente, o texto está no Senado, na forma do Projeto de Decreto Legislativo 602/04. O Brasil tem até o dia 7 de novembro para ratificar o tratado. Inicialmente, a matéria foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde foi nomeado relator o senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Por força da aprovação do requerimento de autoria do presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), antes da apreciação do projeto na CRE, a matéria foi encaminhada à CRA. Da mesma forma, foi aprovado requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) solicitando que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fosse ouvida também. Atualmente, o projeto está na CRA. Após análise nessa comissão, seguirá para a CAS e, posteriormente, retornará à CRE.